

Eixo capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

R\$ 35 milhões para eleger 8 deputados federais

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Os partidos já liberaram quase R\$ 35 milhões para as campanhas de deputado federal no Distrito Federal. São recursos públicos do Fundo Eleitoral usados para ajudar a eleger uma bancada de congressistas. É um investimento dos partidos. Quem elege as maiores bancadas tem mais dinheiro na eleição seguinte. O problema é que os recursos saem do bolso do contribuinte. Poderiam ser usados em benefício da população. É uma fortuna transferida para políticos, sem que se tenha muito controle sobre os gastos. Ainda faltam quatro semanas para a eleição, e muito dinheiro ainda pode ser repassado.

Concentração

O dinheiro do Fundo Eleitoral está concentrado na mão de poucos. Dos 213 candidatos a deputado federal, 19 receberam, até agora, R\$ 1 milhão ou mais. Desses, quatro foram agraciados com R\$ 2 milhões ou mais. O PL mandou R\$ 2 milhões para a deputada Bia Kicis. O PSB destinou R\$ 2,5 milhões para a eleição do ex-governador Rodrigo Rollemberg, membro ilustre no partido, e outros R\$ 2,5 milhões para o Professor Israel Batista, que se elegeu pelo PV e mudou de legenda. O MDB repassou R\$ 2,5 milhões para o presidente da Câmara Legislativa, Rafael Prudente.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Divisão do bolo

A deputada Bia Kicis foi, até agora, a mais beneficiada com recursos do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro. Ela ficou com R\$ 2 milhões, mais que o ex-governador José Roberto Arruda, que recebeu R\$ 1,5 milhão. E o dobro do repassado ao ex-deputado Alberto Fraga. O ex-presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil (Sindepoc) Rafael Sampaio ficou com R\$ 500 mil. A deputada Flávia Arruda, que é presidente regional do partido, disse que a divisão do bolo foi feita pela direção nacional. Ela recebeu R\$ 3 milhões para a campanha ao Senado.

Elite

Se considerarmos os candidatos agraciados com R\$ 500 mil ou mais do Fundo Eleitoral, a conta é assim: são 19 políticos entre os 213 candidatos. Menos de 10% levaram 70% da verba pública repassada pelos partidos. Interessante será avaliar se algum candidato fora dessa elite partidária conseguirá se eleger.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Ibaneis lidera em doações

Na disputa ao governo, até agora, o governador Ibaneis Rocha (MDB) foi o que mais recebeu: R\$ 3 milhões do MDB e R\$ 1,5 milhão do PP, partido da vice na chapa, Celina Leão. Em segundo está Leila Barros que recebeu R\$ 3,5 milhões do PDT. Izalci Lucas, da federação PSDB-Cidadania, conta com R\$ 1,288 milhão do cofre tucano. Coronel Moreno (PTB) obteve R\$ 900 mil. Em seguida, Leandro Grass, da federação PT-PV-PCdoB, recebeu de seu partido, o PV, R\$ 760 mil. Keka Bagno, da federação PSol-Rede, foi contemplada com R\$ 508 mil. Paulo Octávio não recebeu nada do PSD. Os dados são da Justiça Eleitoral, registrados até sexta-feira.

Campanha bombada para deputado federal

Um detalhe: em campanha à reeleição, Ibaneis Rocha recebeu apenas R\$ 500 mil a mais do MDB que Rafael Prudente, candidato a deputado federal.

Ed Alves/CB/D.A.Press



Agora é distrital

Vice na chapa de Rafael Parente, a professora Janaína Almeida decidiu concorrer a deputada distrital. Ela é educadora há 25 anos e referência na área. Filiada ao PSB, Janaína se preparava para disputar uma vaga na Câmara Legislativa quando recebeu o convite para integrar a chapa majoritária. Topou. Com o fim do projeto, pensou, pensou e decidiu retomar o rumo original.

PSB/Divulgação



Jogo aberto

Ao analisar os números, fica evidente que a campanha de Rafael Parente ao GDF não era uma prioridade para o PSB. Até a renúncia, Parente não havia recebido nenhum centavo da legenda. Enquanto isso, o PSB repassou R\$ 8,8 milhões para a campanha de Marcelo Freixo no Rio de Janeiro, e R\$ 10 milhões para Danilo Cabral, em Pernambuco. Mas o jogo foi aberto desde o início.

Divulgação/PSD-DF



PSD-Afro

Candidato do PSD ao governo do Distrito Federal, Paulo Octávio participou na última sexta-feira da fundação do PSD-Afro, setorial do partido voltado para a questão racial. O evento contou com representantes do movimento. A presidência do PSD-Afro no DF será exercida por Ronaldo Silva, pesquisador, gestor e empresário. Caso seja eleito, PO pretende criar uma secretaria dedicada à inclusão dos negros no mercado de trabalho e ao combate ao racismo.



MANDOU BEM

Frase do brilhante Jô Soares: "Que as pessoas comecem a votar em quem querem, não em quem acham que vai ganhar. Porque eleição não é casa de apostas".



MANDOU MAL

Um brasileiro tentou assassinar a vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, com um tiro no rosto e se tornou protagonista de um atentado político que pode alimentar o ódio e a intolerância.



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

Um provimento do corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, vai causar controvérsia entre os bolsonaristas. Trata-se de uma determinação para que magistrados, investidos ou não em função eleitoral, fiquem proibidos de se manifestar publicamente ou em redes sociais contra o sistema eletrônico de votações brasileiro. Também não deverão se associar publicamente a sites, empresas, políticos ou pessoas públicas que adotem uma postura crítica em relação às urnas eletrônicas, à segurança, à justiça e à transparência das eleições.

"Hoje, o PT mostrou a 'democracia' que pretende instaurar no país, promovendo uma diligência abusiva em minha residência e sensacionalismo na divulgação da matéria. O crime? Imprimir santinhos com letras dos nomes dos suplentes supostamente menores do que o devido"

Sergio Moro, ex-juiz da Operação Lava-Jato



Marcelo Camargo/Agência Brasil

"E eu que achei que tinha aprendido com o senhor que se a decisão emana de um juiz, ela é sempre legal! Que coisa"

Deputado André Janones (Avante-MG)



Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



SÓ PAPOS

À QUEIMA ROUPA



Qual é o seu plano para evitar a corrupção?

Leandro Grass (PV)

"Primeiro, tornarei público que qualquer cidadão ou cidadão que for extorquido por servidor público de qualquer nível deverá denunciá-lo a mim ou à Controladoria. Para combater a corrupção, é preciso ter órgãos de controle fortes institucionalmente e com autonomia para atuar e investigar. E é preciso transparência total e respeito à Lei de Acesso à Informação. A Controladoria Geral terá liberdade plena de ação e não sofrerá interferências do governo. O mesmo acontecerá com a Polícia Civil. O governador respeitará a Câmara Legislativa e não trabalhará contra a constituição de comissões parlamentares de inquérito que cumpram os requisitos legais. O Tribunal de Contas do DF será respeitado em suas recomendações e suas decisões, e indicarei apenas profissionais experientes e ilibados para a função de conselheiro, caso haja vaga. Manteremos contato permanente e colaboraremos com o Ministério Público. E não usaremos verbas de publicidade para tentar inibir a atividade da imprensa."

Ibaneis Rocha (MDB)

"O GDF alcançou, pela primeira vez em sua história, 100% de transparência das ações, com a inclusão de todos os órgãos. Foi o primeiro colocado no ranking da ONG Open Knowledge e segundo no estudo feito pela Transparência Internacional, mostrando que as ações contra a corrupção já são eficazes e prioritárias no governo Ibaneis. Mas essas ações serão ampliadas ainda este ano, com a aprovação do Plano Distrital de Combate à Corrupção, elaborado pela Controladoria do GDF, com previsão de ações, auditorias, diretrizes e estratégias para ampliar o controle, com uso massivo de tecnologia no trabalho de fiscalização. Para o próximo mandato, vamos ampliar mais a participação da sociedade no controle dos gastos e das ações do governo, por meio, principalmente, do Portal da Transparência, que já tem funcionamento exemplar, com a inclusão de todos os dados de todas as áreas do governo."

Izalci Lucas (PSDB):

"Sou auditor e durante toda a minha trajetória profissional e política adotei a transparência e a lisura como parâmetros de vida. Nosso governo será digital e terá transparência total. Com as informações e as decisões divulgadas praticamente em tempo real, a fiscalização da população será imediata, bem como da mídia e dos órgãos fiscalizadores. No governo, serei implacável com a corrupção! Darei publicidade a todos os atos do governo e usarei todos os órgãos de controle e fiscalização das diferentes áreas da administração pública para monitorar todos os atos do governo. Faremos com que a Ouvidoria amplie sua presença junto à sociedade e criaremos outros canais para receber denúncias."

Paulo Octávio (PSD):

"Maior chaga da administração pública, a corrupção será combatida com parâmetros criados para orientar os gestores e com uma parceria efetiva com Ministério Público e Tribunal de Contas do DF, entre outros órgãos de controle. Os gestores vão receber metas de eficiência e de controle em suas áreas de atuação, permitindo que as economias geradas pelo fechamento do ralo da corrupção voltem em forma de gratificações. Já a ação conjunta com órgãos de controle visa orientar os gestores públicos, reduzindo a possibilidade de erros administrativos."

Leila Barros (PDT):

"A proposta é uma gestão que tenha transparência e o compromisso de implementar uma conduta ética para combater a corrupção. Para tanto, nosso plano de governo prevê facilitar à população o acesso às informações que necessitam, tornando mais simples e clara a linguagem e os acessos aos sites do GDF. Vamos radicalizar os mecanismos de transparência com implantação do Governo Digital e ensinar nas escolas a importância do debate social, com os programas na escola De olho na Política Pública e o Projeto Cidadão de Olho no Recurso Público. Outro ponto importante é repensar o modelo do Iges e fazer o saneamento das contas desse instituto, que já deu provas, durante a pandemia, de que não cumpriu seu objetivo. Pelo contrário, a saúde do Distrito Federal seguiu com várias denúncias de corrupção e servidores presos acusados de desvios éticos."

Keka Bagno (PSol):

"Precisamos acabar com o domínio das grandes corporações sobre a política. Tenho orgulho de ser do PSol, partido que não tem envolvimento com escândalos de corrupção. Nosso governo atuará na defesa intransigente dos serviços públicos, de uma gestão democrática e na prevenção e repressão à corrupção, improbidade administrativa e à lavagem de dinheiro. O que faremos por meio do fortalecimento do Tribunal de Contas da União e da instituição de conselhos populares nas regiões administrativas. Para tanto, vamos implementar medidas e mecanismos de enfrentamento preventivos aos desvios de dinheiro público, fortalecer os sistemas de controle interno e externos e as Funções Essenciais à Justiça, realizar prestação de contas periódicas dos serviços prestados por empresas públicas, fortalecer instrumentos de controle social e transparência e aumentar a participação da sociedade na gestão da máquina pública."